

SUPERNATURALISMO: DEUS E O MUNDO MORAL¹

Dieter Schönecker

Universität Siegen/Deutschland

Resumo: Esse *paper* pretende introduzir alguns argumentos no debate atual em Filosofia da Religião, especialmente na controvérsia contra o Naturalismo. Nossa abordagem irá focar no significado moral da ideia de Deus, bem como em outros conceitos morais relevantes, a saber, os conceitos de consciência moral, mundo moral e a ideia mesma de “bem”. Em suma, é nossa intenção demonstrar que a maioria de nossas ideias morais (tais quais vergonha, responsabilidade e similares) está relacionada a uma Pessoa: Deus. Essa conclusão, como pretendemos demonstrar, refuta o Naturalismo.

Palavras-chave: filosofia da religião, religião, moral, naturalismo.

Abstract: This paper aims to introduce some arguments in the current debate in Philosophy of Religion, especially in the controversy against Naturalism. Our approach will focus on the moral significance of the idea of God, as well as on some other relevant moral concepts, to wit, the concepts of moral consciousness, moral world and the very idea of “good”. In sum, it is our intention to demonstrate that the most of our moral ideas (such as shame, responsibility and the like) are related to a Person: God. This conclusion, as we intend to show, refutes Naturalism.

Keywords: philosophy of religion, religion, morals, naturalism.

Se Deus é a origem e princípio originário de sustentação de tudo o que existe, como poderia haver um mundo moral que é independente de Deus? Se nós pensamos tudo a partir de Deus, então isso também vale para o mundo moral.

¹ Texto originalmente publicado na coletânea *Texte zur Ethik* organizada por Detlef Hoerster na editora Reclam, cidade de Stuttgart, 2012, p. 139-150. Tradução: Robinson dos Santos.

Isso, assim penso, é correto. Mas nós não queremos seguir este caminho aqui, e sim o inverso dele. Pois ainda que Deus seja a *ratio essendi* do mundo moral, o mundo moral poderia, entretanto, ser a *ratio cognoscendi* de Deus. É, então, o mundo moral, sobre o qual nós temos ciência por meio da consciência moral, uma razão para a aceitação de que Deus existe?

Como quase tudo na Filosofia este pensamento elementar não é novo e ele é transmitido sob diversas formas: assim, a ligação entre moralidade e felicidade é o bem mais elevado, mas que pode ser garantida apenas por Deus; o conceito do dever categórico (ou também de autoridade) é indissoluvelmente conectado com o conceito de uma pessoa que ordena o dever e esta pessoa é Deus; sem pessoas a moral não pode ser instanciada, mas pessoas são inconcebíveis sem Deus; a consciência moral em um universo sem Deus é improvável; a consciência e seus conteúdos psíquicos deveriam ser relacionados a uma pessoa, a saber, relacionadas a Deus².

Sob o termo “Deus” eu entendo, com uma determinada tradição, um ser eterno, onipotente e onipresente, não corpóreo, onisciente, perfeitamente livre e perfeitamente bom, que é uma pessoa, isto é, um ser que pensa, quer e age³.

Que Deus seja “perfeitamente bom” é uma tese que permite três significações fundamentais⁴: primeiramente uma voluntarista, que enuncia que a validade de leis morais é derivada unicamente a partir da vontade de Deus; se Deus modifica sua vontade, então modificam-se também as leis morais e o bem de Deus consiste na sua perfeita integridade (mesmo se Deus não modifique mais ou não possa mais modificar sua vontade após sua primeira determinação, a moral é dependente dele).

Diferente disso, em segundo lugar, é qualquer tentativa essencialista de compreender Deus mesmo como o bem essencial, como aquilo que, na verdade, é a fonte de todo o bem no mundo, mas ele mesmo como essencialmente bom.

² Compare na sequência das ideias apresentadas: KANT (1788); ANSCOMBE (1958) oder auch Craig in CRAIG / SINNOTT-ARMSTRONG (2004, 19 f.); COPAN (2003, p. 157-169); SW INBURNE (2004, p. 215-218); NEWTON (1985) oder auch die Argumente von Copleston in COPLESTON/RUSSELL (1970, p. 197-205).

³ Cf. SWINBURNE, 1996, p. 3-19.

⁴ Cf. Como panorama sobre o tema também KREINER, 2006, p. 433-482.

A terceira posição toma o mundo moral (algo semelhante como as leis da lógica) como completamente autárquico; de acordo com isso há um mundo moral genuíno também sem Deus ou ao lado de Deus e o bem de Deus consiste, sobretudo, em querer e fazer sempre o que é moralmente correto. Então, se o mundo moral existe sem ou independentemente de Deus, também não se pode deduzir Deus a partir dele. Mas pode haver moral sem Deus?

A consciência moral

Leis morais valem incondicionalmente e elas recortam todos os outros mandamentos e atos da vontade. Esta é a categoricidade do *tu debes*: não importa a quais outros mandamentos aos quais tu também estejas submetido (como jurídicos ou sociais, por exemplo, etc.) e também aquilo que eventualmente tu queiras (anseia, deseja ou pretende), um mandamento moral deve ser seguido incondicionalmente. Existe esta categoricidade moral? Fundamentá-la significa oferecer uma resposta à questão moral: por que ser moral? Quem pergunta desta forma, *não* pergunta: eu sei que devo agir moralmente, mas por que eu devo fazê-lo? Pois a questão moral interroga por uma *razão*, não por um motivo, e quem já reconheceu que há uma razão, através do reconhecimento do dever moral, não pode mais perguntar, então, por que ele deve agir moralmente, pois esta questão interroga por uma razão que é já reconhecida com antecedência⁵.

A resposta *extrinsecalista* para a questão moral enuncia que o valor de um bem promana apenas do fato de ele ser desejado ou por ele residir no interesse de alguém; mesmo que houvesse valores, que pudessem ser compartilhados por todos, ainda assim todo o valor seria extrínseco e a razão para ser moral, consiste em que isso serve ao próprio interesse (egoísmo esclarecido).

Esta resposta é errada. Pois é impossível, da importância de meu interesse para mim para a importância do interesse de um outro para mim, estabelecer uma ponte normativa forçosa, que resista ao peso do interesse próprio (isso é ilustrado pelo problema do viajante clandestino e do parceiro de contrato). O mandamento *tu não podes violentar uma criança por desejo sexual, ainda que isso não traga nenhuma consequência negativa para ti ou*

⁵ Compare para tal, detalhadamente em SCHÖNECKER, 2006.

para os seres que são importantes para ti, pode ser apenas fundamentado se violentar crianças por desejo sexual for *intrinsecamente* ruim.

O intrinsecalismo diz que há bens intrinsecamente valiosos, portanto, bens que, por conta de sua natureza interior, são plenos de valor e que sua aptidão valorativa não depende de serem desejados pelos homens; mandamentos morais relacionam-se com a interação com estes bens.

A outra resposta *intrinsecalista* para a questão moral é, por isso: *aja corretamente, por que o bem existe* ou mesmo: *aja moralmente por que existem leis morais*. Mas de onde eu sei que existem bens intrínsecos? De onde eu sei da existência de leis morais? Por que o mundo moral se mostra a ti, não exatamente do mesmo modo, mas de forma semelhante como mesas e árvores se mostram: ele é *dado* para ti, tu o *experimentas*.

O mundo moral é, num sentimento moral abrangente, auto-evidente. Que ele o seja tu o sabes: abra teu coração. Para muitos, e talvez também para ti, vale como objeção mais importante, que tu não podes justificar tua convicção moral de outro modo que por meio deste conhecimento imediato. Mas é claro que isso não deve abalar tua confiança, pois isso vale também para outros conhecimentos. Tu confias em outros conhecimentos que tu não podes justificar, sem que com isso caias em um regresso ou círculo; por que tu não confias em uma das mais fortes convicções que, acima de tudo, tu tens?⁶

O discernimento⁷ comunicado na consciência moral é tão certo quanto a crença em que eu também já existia há cinco minutos atrás ou de que existem outros seres conscientes. É um sinal de embrutecimento moral ou de desorientação mental não confiar nesta consciência moral.

Mas o que se segue deste conhecimento para a possível existência de Deus? Primeiramente isso: que o voluntarismo tem de ser falso. Pois eu experimento a aptidão valorativa do mundo e a categoricidade moral de um modo que me permite acreditar que determinados bens (como a vida humana) são intrinsecamente bons e determinados modos de ação (como a

⁶ Neste ponto podemos conectar tanto o *principle of credulity* (ALSTON, 1991, p. 195; SWINBURNE, 2004, p. 303 ss.) como também a concepção de *proper basicity* e do *warrant (proper functionality)* no sentido de PLANTINGA (2000); Plantinga menciona em uma passagem muito breve (2000, p. 148) a possibilidade de se transferir seus pensamentos fundamentais ao conhecimento moral, ao que Co pan (2003), por exemplo, reage o atacando. Sobre este debate entre Alston, Swinburne e Plantinga compare o panorama oferecido por LÖFLER (2011).

⁷ N. T. No original *Einsicht*.

tortura sádica) intrinsecamente errados⁸. Mesmo que eu possa pensar sem contradição que Deus considere boa a tortura sádica, eu não posso pensar nenhuma razão que seja mais forte que o discernimento moral de que a tortura sádica é intrinsecamente errada e que me levasse a acreditar realmente que Deus poderia considerá-la boa. Talvez eu possa representar-me que Deus considerou a tortura sádica boa e me permitiu acreditar que a mesma é boa e, mesmo assim, eu penso agora também que ela, todavia seria ruim. A partir deste discernimento moral eu tenho de pensar Deus, se eu não quero incorrer em uma contradição entre minhas convicções morais e minhas convicções sobre Deus⁹.

O mundo moral

Talvez a melhor explicação para o fato de que exista algo e não o nada, seja a existência de Deus como aquilo para além do qual nada de maior possa ser pensado; mas, então, esta explicação não seria genuína para o mundo moral. Se o fato de que simplesmente exista um mundo não-moral nos parece tão enigmático e que nós recorremos a Deus para a solução deste enigma, então nós também podemos fazer isso para o mundo moral; mas isso não estaria, então, nas propriedades específicas deste mundo. É o mundo moral tão peculiar *como tal*, que pressupõe a existência de Deus?

É digno de nota que um ateu como John Mackie assumiria a conclusão na direção do mundo moral para Deus como *correta*, apenas se fosse verdadeiro que existissem bens intrinsecamente valiosos. Deus teria de ser pensado, portanto, como aquele que acrescenta a aptidão valorativa intrínseca enquanto qualidade moral para o fundamento natural (como o valor da vida humana à vida humana biológica), de tal modo que aquele sobrevém a esta¹⁰. E, de fato, parece a muitos que a aptidão valorativa intrínseca e categoricidade *cabem* melhor em um mundo *com* do que em um mundo *sem* Deus. Mas por que isso? A razão reside, assim penso, em que a

⁸ N.T. O autor utiliza respectivamente "intrinsich gut" e "intrinsich falsch", e não uma contraposição entre bom e ruim ou correto e errado.

⁹ Quanto ADAMS (1987a, 1987b) modifica de tal forma a *divine command theory*, que ele compreende Deus como Deus *amoroso*, então ou não se trata mais de uma teoria voluntarista (mas de uma teoria essencialista) ou ela o é, mas então ela não solu ciona mais o problema do Eutífron (Cf. PLATÃO, *Eutífron*, 10^a).

¹⁰ Compare MACKIE, 1985, p. 182-189.

convicção de que não há um mundo moral está conectada com o *naturalismo*; se este é falso, o teísmo parece a única alternativa plausível.

Enquanto tese ontológica, o naturalismo¹¹ afirma que existem apenas objetos naturais (e que objetos não-naturais como Deus, aptidão valorativa intrínseca ou categoricidade não existem) e que tudo o que existe é físico ou material. Mas por meio de que objetos naturais (ou qualidades etc.) tornam-se *naturais*? Esta é uma questão não esclarecida. Clara é apenas a tese epistemológico-metodológica do naturalismo, de que objetos são naturais, se eles são objetos do método científico matemático-natural ou de formas de conhecimento semelhantes. O naturalismo ontológico é justificado por meio do naturalismo metodológico (cientificismo).

Entretanto, o mundo moral dado na consciência moral prova que o naturalismo metodológico é falso. Pois este discernimento moral é outro que matemático ou científico-natural e, todavia, unicamente por isso ele não é estranho (acreditar nisso é um imperialismo epistêmico)¹².

Uma explicação naturalista (ou, de algum modo, reducionista e, de todo modo, não genuinamente moral) sobre a aptidão valorativa intrínseca e categoricidade *não é possível*. Não há outro modo, quando não se quer pagar o preço escandaloso de se considerar valores e mandamentos morais por uma construção (talvez condicionada evolutivamente).

Até este ponto tudo bem. Mas aqui surge, pois, o problema (minha preocupação)¹³: do erro do naturalismo com relação ao mundo moral não se segue forçosamente, de modo algum, que o naturalismo ontológico com respeito a Deus seja falso; isso aconteceria se o mundo moral implicasse a existência de Deus, de tal modo que se houvesse o mundo moral, então também deveria haver Deus. Mas isso é realmente assim? Mesmo que se pudesse tornar preciso um conceito não-metodológico do mundo natural,

¹¹ Sobre o conceito de Naturalismo conferir LÖFFLER, 2010.

¹² Assim, também é certo que o conhecimento matemático é *outro* que o empírico, mas seria grotesco considerá-lo *por isso*, como estranho e, a partir daí, tomá-lo igualmente como indigno de confiança. Sobre o imperialismo epistêmico conferir ALSTON (1991, p. 199).

¹³ Esta minha preocupação foi despertada por meio de uma consideração de ALSTON, com a qual eu me deparei na obra de MAVRODES (2003, p. 491): "Why could it not just be an ultimate fact about the universe that kindness is good and cruelty bad? This seems to have been Plato's view". O próprio Mavrodes não oferece ao meu ver uma resposta satisfatória à esta pergunta de Alston; ele fala repetidamente da 'profundidade' do mundo moral, mas não esclarece no que ele consiste e porque ele não pode ser explicado através do platonismo. Igualmente insatisfatória é a posição de COPAN, 2003, p. 155.

nada parece contrariar a presunção de um mundo não-natural, ao qual também pertenceria o mundo moral. Por que nós não podemos pensar um mundo, no qual existam, ao lado de tudo o que é não-moral (objetos físicos, leis naturais, leis lógicas, números), também aptidão valorativa intrínseca e leis morais, que sejam parte deste mundo único e conjunto e que não necessitam de Deus para sua existência?

O bem como pessoa

Como se deve pensar um mundo moral não-natural? Ou de modo platônico-teísta ou também teísta *na perspectiva de Swinburne*, isto é, de tal modo que, Deus existe, mas o mundo moral também existiria sem ele. Somente se estes dois postulados são falsos ou, no mínimo, implausíveis, a conclusão sobre Deus assume a condição de melhor explicação do mundo moral. Nós precisamos, então, de outros dois passos seguintes. Swinburne parte de que verdades necessárias logicamente, enquanto enunciados verdadeiros analiticamente, de nenhuma explicação ou fundamentação carecem e que verdades morais pertencem à estas verdades analíticas; portanto o mundo lógico e o mundo moral não necessitariam de Deus¹⁴.

A necessidade lógica é para Swinburne a necessidade analítica e esta é, por sua vez, equivalente a isenção de contradição que resulta do significado dos termos empregados¹⁵, mas é dificilmente compreensível em que medida verdades morais são verdades analíticas – pois qual contradição deve estar contida no enunciado “Não é moralmente proibido, a partir do desejo sexual, manter relações sexuais com crianças”?

Este enunciado é falso, mas ele não é falso porque ele conteria uma contradição lógica ou lógico-semântica.

Swinburne fundamenta sua tese do caráter necessariamente lógico de, no mínimo, alguns enunciados morais verdadeiros com a ideia de que qualidades morais sobrevêm (têm superveniência) sobre as naturais, isto é, estas implicam aquelas (não há diferença moral sem diferenças naturais); que é incoerente que um tipo de ação *a* seja proibida, mas um tipo de ação *b* seja ordenada, apesar de *a* e *b* em nada se diferenciarem na perspectiva de sua

¹⁴ Cf. SWINBURNE, 1993, p. 203ss. e 2004, p. 213ss.

¹⁵ Cf. SWINBURNE, 1993, p. 14-22.

base natural¹⁶. Mas qual contradição lógica residiria na tese de que o tipo de ação *a* em um dado momento *t1* é proibido (*isto é*, não desejado por Deus em *t1*), mas que o mesmo tipo de ação *b* (igual em sua base natural) em *t2* é ordenado (*isto é*, desejado por Deus em *t2*)?¹⁷ E porque qualidades morais *têm de*¹⁸ sobrevir às naturais? E mesmo que qualidades morais fossem supervenientes, estas qualidades viriam *sobre* (a qualidade de ser não-casado, pelo contrário, não vem acrescentada à qualidade de se ser solteiro)¹⁹. Portanto, mesmo se a tese da superveniência é correta, permanece a questão fundamental, de como fica o status ontológico do mundo moral superveniente. Se as qualidades morais supervenientes, em última instância, (com razão) são idênticas às qualidades naturais, então não há nenhum mundo moral *sui generis*. E ele também não existe se as qualidades morais supervenientes devem ser compreendidas como qualidades secundárias. Somente quando se entende a relação de superveniência de tal modo que a base natural instancia ideias platônico-morais, há um mundo moral independente.

Permanece, portanto, o platonismo como alternativa a ser tomada a sério: o mundo moral é um mundo platônico; um mundo no qual existe o bem, no qual existem leis morais, mas nenhum Deus²⁰. Isso é possível? Para a interpretação teísta do mundo moral falta a ideia de que o bem seja uma *pessoa*²¹. Esse seria, então, o último passo; mas como e porque dá-lo? Eu vejo três possibilidades que, todavia, não se excluem mutuamente: na consciência moral o mundo moral é experimentado como sagrado e esta experiência da sacralidade é uma experiência de Deus. Ou: a consciência moral caminha com uma terminologia (responsabilidade, vergonha, culpa, gratidão), que é claramente relacionada a uma pessoa e, como aí uma explicação naturalista para tal está excluída, esta pessoa tem de ser Deus. Ou ainda e sobretudo: nada pode ser valioso, sem que seja *experimentado* como valioso; todavia *nós*

¹⁶ Cabe notar que na terminologia de Swinburne toda teoria ética que toma as qualidades morais com o supervenientes é uma teoria *naturalista*, isto é, também sua própria teoria é assim entendida (Cf. SWINBURNE 1993, p. 188-193).

¹⁷ Também não é, como afirma HALBIG (2007, p. 250-251 e p. 288), reconhecer que, porque aquele que considera objetos que são idênticos em perspectiva natural, como moralmente diferentes, através disso estaria demonstrado que ele não *emprega* corretamente os conceitos morais.

¹⁸ N. T. no original *müssen*.

¹⁹ Assim também MACKIE (1985, p. 183ss.) em explícita relação a SWINBURNE.

²⁰ Para uma alternativa platônica contemporânea conferir LESLIE (1980).

²¹ Esta é também a ideia fundamental de ADAMS (1999).

não experienciamos a aptidão valorativa do mundo de modo que sua valoração dependa de nós, nós experimentamos o mundo como intrinsecamente bom; portanto, é necessário existir um ser ou uma pessoa que está consciente da valiosidade do mundo. E tal pessoa, que é o bem, nós todos chamamos de Deus.

Referências

- ADAMS, R. M. “A Modified Divine Command Theory of Ethical Wrongness”. In: ADAMS, R. M. *The Virtue of Faith*. Oxford, 1987, p. 97-122. (1987a).
- _____. “Divine Command Metaethics Modified Again”. In: ADAMS, R. M. *The Virtue of Faith*. Oxford, 1987, 128-143. (1987b).
- _____. *Finite and Infinite Goods. A Framework for Ethics*. Oxford University Press: New York/Oxford, 1999.
- ALSTON, W. P. *Perceiving God. The Epistemology of Religious Experience*. Ithaca, 1991.
- ANSCOMBE, E. “Modern Moral Philosophy”. In: *Mind* 65, 1958, p. 1-15.
- COPAN, P. “The Moral Argument”. In: COPAN, P.; MOSER, P.K. (Orgs.). *The Rationality of Theism*. London and New York, 2003, p. 149-174.
- COPELSTON, F. C.; RUSSELL, B. “Die Existenz Gottes. Eine Diskussion zwischen Bertrand Russell und Pater F.C. Copleston, S.J.”. In: RUSSELL, B. *Warum ich kein Christ bin*. Hamburg, 1970 (Edição original 1957), p. 179-206.
- CRAIG, W. L.; SINNOTT-ARMSTRONG, W. (Orgs.) *God? A Debate between a Christian and an Atheist*. Oxford, 2004, p. 17-21, 32-36, 67-69.
- HALBIG, C. *Praktische Gründe und die Realität der Moral*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 2007.
- KANT, I. *Kritik der praktischen Vernunft*. Riga, 1788.
- KREINER, A. *Das wahre Antlitz Gottes – oder was wir meinen, wenn wir Gott sagen*. Freiburg, Basel, Wien, 2006.
- LESLIE, J. “The World’s Necessary Existence”. In: *International Journal for Philosophy of Religion*, vol.11, n.º 4, 1980, p. 207-223.
- LÖFFLER, W. “Naturalismus und Anti-Naturalismus. Eine philosophische Kriteriologie”. In: NISSING, H.-G. (Org.). *Natur. Ein philosophischer Grundbegriff*, Darmstadt, 2010, p. 149-165.

- _____. “Die Rolle religiöser Erfahrung bei Swinburne, Plantinga und Alston”. In: HEINRICH, E.; SCHÖNECKER, D. (Orgs.). *Wirklichkeit und Wahrnehmung des Heiligen, Schönen, Guten – Neue Beiträge zur Realismusdebatte*. Paderborn, 2011.
- MACKIE, J. L. *Das Wunder des Theismus. Argumente für und gegen die Existenz Gottes*. Stuttgart (Edição original, 1982), 1985.
- MAVRODES, G. I. “Religion and the Queerness of Morality”. In: TALIAFERRO, Ch.; GRIFFITHS, P.J. (Orgs.). *Philosophy of Religion. An Anthology*. Blackwell Publishing, 2003, p. 485-492.
- NEWTON, J. H. “Gott als Bezugsperson des menschlichen Gewissens”. In: HOERSTER, N. (Org.): *Glaube und Vernunft. Texte zur Religionsphilosophie*. Stuttgart, 1985.
- PLANTINGA, A. *Warranted Christiana Belief*. Oxford, 2000.
- SCHÖNECKER, D. “Warum moralisch sein? Eine Landkarte für Moralische Realisten”. In: KLEMME, H.F.; KÜHN, M.; SCHÖNECKER, D. (Orgs.): *Moralische Motivation. Kant und die Alternativen*. Hamburg, 2006, p. 299-327.
- SWINBURNE, R. *The Coherence of Theism*. Oxford, 1993.
- _____. *Is there a God?* Oxford, 1996.
- _____. *The Existence of God*. Oxford, 2004.

Email: dieter.schoenecker@uni-siegen.de

RECEBIDO: Junho/2014
APROVADO: Julho/2014